continuação

PARÁ EMPREENDIMENTOS FINANCEIROS S.A.

(Companhia fechada) CNPJ nº 08.108.954/0001-24

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015

(Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

9. Passivos Atuariais - Assistência Médica Complementar: Referem-se à provisão para assistência médica complementar, que reflete os custos dos planos de saúde aos empregados e diretores estatutários que farão jus ao benefício em período pós-emprego, conforme a Lei nº 9.656/98 e o pronunciamento técnico CPC 33 (R1) - Benefício a Empregados, determinado com base em estudo atuarial. Os cálculos atuariais, efetuados sob a responsabilidade de atuário independente Ernst & Young Serviços Atuariais S/S a sua controlada Convicon, tiveram como premissas básicas no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015:

Hipóteses	31/12/2016	31/12/2015
Hipóteses econômicas:		
Taxa de Desconto	6,00% a.a.	7,00% a.a.
Inflação Econômica	5,60% a.a.	7,70% a.a.
Inflação Médica (HCCTR)	3,00% a.a.	3,00% a.a.
Fator Idade *(Aging Factor)*	3,50% a.a.	3,50% a.a.
Evolução do Custo Médico	Inflação Econômica + Inflação Médica + Fator Idade	Inflação Econômica + Inflação Médica + Fator Idade
Evolução da Contribuição	Inflação Econômica + Inflação Médica	Inflação Econômica + Inflação Médica
Hipóteses biométricas		
Tábua de Mortalidade	AT-2000, segregada por sexo	AT-2000, segregada por sexo
Rotatividade	7,5%	7,5%
Idade de Entrada em Aposentadoria	65 anos	65 anos
Hipóteses de Aposentadoria	100% na primeira elegibilidade	100% na primeira elegibilidade
Permanência na Aposentadoria	40%	40%
Outras hipóteses		
Composição Familiar	- Para participantes em atividade - 90% casados com esposa 4 anos mais jovem - Para participantes assistidos (aposentados e demitidos) é adotada composição real informada na base cadastral	- Para participantes em atividade - 90% casados com esposa 4 anos mais jovem - Para participantes assistidos (aposentados e demitidos) é adotada composição real informada na base cadastral

Com base nos relatórios do atuário independente elaborados, da sua controlada Convicon, os quais contêm os valores de despesas projetadas, sua controlada registrou provisões proporcionais para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015:

	Convicon - Contêineres de Vila do Conde S.A.	
	31/12/2016	31/12/2015
Valor presente das obrigações atuariais	192	149
Perdas atuariais calculadas	201	78
Passivo atuarial líquido total a ser provisionado	393	227

	31/12/2016	31/12/2015
Saldo Inicial	227	282
Custo do serviço	158	118
Juros sobre a obrigação	34	31
(Ganho) / Perda atuarial sobre as obrigações de benefício definido	(26)	(204)
Saldo Final	393	227
(Ganho) / Perda atuarial sobre as obrigações de benefício definido	(26)	(204)
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre (Ganho) / Perda	8	68
Efeito no patrimônio líquido	(18)	(136)

Análise de sensibilidade do passivo atuarial

Efeitos	31/12/2016	31/12/2015
Taxa de desconto -0,5% sobre a taxa nominal	439	252
Taxa de desconto +0,5% sobre a taxa nominal	353	205
Tábua de mortalidade -10%	410	236
Tábua de mortalidade +10%	377	218
Custos médicos + 1,0% sobre a taxa real de crescimento	496	283
Custos médicos - 1,0% sobre a taxa real de crescimento	316	184

10. Despesas Gerais e Administrativas: A Companhia tinha registrado no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, o montante de R$95 como despesas gerais e administrativas (R$103 em 31 de dezembro de 2015), oriundas, principalmente, de publicações societárias e contribuição sindical. **11. Instrumentos Financeiros:** A Administração é de opinião de que os instrumentos financeiros, que estão reconhecidos nas demonstrações contábeis pelos seus valores contábeis, não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores de mercado na data de encerramento de cada exercício social.

Classificação dos instrumentos financeiros

	31/12/2016	31/12/2015
Ativo:		
Empréstimos e recebíveis:		
Caixa e equivalentes de caixa	29	–
Passivo:		
Outros passivos financeiros:		
Fornecedores	6	–

Os detalhes das principais práticas contábeis e dos métodos adotados, incluindo o critério para reconhecimento e bases de mensuração de apropriação das receitas e despesas para cada uma das classes de ativos e passivos financeiros, além do patrimônio líquido, estão descritos na nota explicativa nº 3.

Diretoria

Antonio Carlos Duarte Sepúlveda
Diretor-Presidente e Diretor de Operações

Daniel Pedreira Dorea - Diretor Econômico-Financeiro
Marcos de Magalhães Tourinho - Diretor Comercial

Milton Mazzo Júnior - TC/CRC nº 1 SP 235131/O-5-S-PA
Gerente de Controladoria

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Acionistas e Diretores da Pará Empreendimentos Financeiros S.A. Belém - PA. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da Pará Empreendimentos Financeiros S.A. "Companhia", que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Pará Empreendimentos Financeiros S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos:** ***Valores correspondentes:*** As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentadas como valores correspondentes nas demonstrações contábeis do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório sem ressalva datado de 3 de março de 2016. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de abril de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Wagner Petelin
Contador CRC 1SP142133/O-7